



Sustentabilidade empresarial: O paradigma da formação do profissional contábil x Responsabilidade social das Empresas

José Felipe Pereira da Silva

Mestrando em Ciências Contábeis na UFPE

Raimundo Nonato Rodrigues

Doutor em Contabilidade e Controladoria pela USP

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFPE

Resumo

Este estudo tem como objetivo verificar se a formação do Contador atende as demandas geradas pela sustentabilidade empresarial nas organizações que se utilizam dos recursos ambientais. Para tanto, realizou-se uma pesquisa do tipo exploratório-descritiva, com 122 profissionais atuantes na atividade contábil na cidade de Recife/PE, que receberam os questionários através de e-mail, dos quais obtivemos um quantitativo de 99 respondentes perfazendo um total de 81,15% para compor a amostra. Após a tabulação dos dados coletados com a pesquisa, foi realizada uma análise estatística descritiva e ficou constatado que 75,8% dos entrevistados possuem interesse em adquirir e aprofundar conhecimentos sobre contabilidade ambiental. Verificamos também que 70% dos entrevistados não sabiam ou não identificavam um alinhamento da estratégia organizacional com a Sustentabilidade empresarial. A pesquisa concluiu que o aperfeiçoamento na formação dos contadores sobre conhecimentos relacionados à contabilidade ambiental resultará na promoção da transparência das ações da empresa em busca do desenvolvimento sustentável através dos demonstrativos contábeis.

Palavras chaves: Sustentabilidade Empresarial, Contabilidade Ambiental, Responsabilidade Social.

Abstract

This study aims to determine whether the formation of the counter meets the demands generated by the business sustainability in organizations that use of environmental resources. Therefore, we carried out a survey of exploratory and descriptive, with 122 professionals working in the accounting activity in Recife / PE, who received questionnaires via e-mail, which obtained a quantity of 99 respondents totaling 81.15% for the sample. After tabulating the data collected to the survey, a descriptive statistical analysis was performed and it was found that 75.8% of respondents have an interest in acquiring and deepening knowledge of environmental accounting. We also found that 70% of respondents did not know or did not identify an alignment of the organizational strategy with the business sustainability. The research concluded that the improvement in the training of accountants on knowledge related to environmental accounting will result in promoting transparency of the company's actions in pursuit of sustainable development through the financial statements.

Key words: Corporate Sustainability, Environmental Accounting, Social Responsibility.



Introdução

A sociedade atualmente vive em um mundo com uma população crescente, buscando uma vida melhor, para que suas relações sejam construídas a partir de um planeta com recursos finitos, muitos dos quais estão se esgotando. Nesse sentido, as empresas estão sempre sob o prisma de atingir metas inalcançáveis, estimuladas pela intensa necessidade dos acionistas de avultar os seus lucros, despertando com isso uma inquietação dos gestores que compõe a organização na busca pela eficiência e eficácia na gestão dos recursos.

Todavia, os colaboradores em todos os níveis da organização, incluindo os administradores, investidores, credores, auditores internos e externos, possuem a responsabilidade de lidar com a Sustentabilidade Empresarial. A Price Waterhouse Coopers (PWC) reconhecida entre as quatro maiores empresas de Auditoria do mundo (big four), realizou um estudo em 2014 com 1.344 executivos (CEO's), com o objetivo de investigar a perspectiva desses profissionais quanto o impacto da sustentabilidade empresarial para o sucesso da organização. A pesquisa constatou que 75% dos CEO's concordam com a melhoria contínua nas atividades inerentes a responsabilidade social, exigindo das organizações a conscientização frente aos impactos ambientais do negócio no qual estão inseridos, bem como, a conduta das mesmas na garantia do interesse social ao proteger as gerações futuras.

Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto *Edelman Trust Barometer 2016*, que busca avaliar o nível de credibilidade no Governo, Empresas e ONGs em 28 países. O levantamento demonstrou que 90% dos entrevistados, concordam que as empresas devem auferir lucros ao mesmo tempo em que geram benefícios sociais. Quanto à credibilidade das organizações, a pesquisa revelou que 68% dos entrevistados avaliam as empresas como a mais confiável para acompanhar tempestivamente as mudanças no meio ambiente, à frente das ONGs (59%) e Governo, que atingiu um nível de apenas 26%.

Esses resultados revelam que a sustentabilidade está na ordem do dia entre os temas mais relevantes na atualidade, exigindo das empresas, iniciativas que compreendam a mensuração dos fenômenos sociais, possibilitando uma melhoria na credibilidade da organização junto aos seus clientes, podendo ensejar em aumento na sua rentabilidade.

De acordo com Lindstaedt e Ott (2007), o agravamento dos problemas ecológicos, as legislações ambientais e a conscientização da sociedade com relação às responsabilidades das empresas na preservação do meio ambiente, ampliam as exigências relativas à transparência e a transformação de seus papéis na sociedade atual, em consonância com essa responsabilidade.

Cada organização precisa avaliar o grau de ênfase que deve ser adotado na gestão de risco ambiental com base em seu tamanho e exposição ao risco. Órgãos reguladores hoje estão mais sensibilizados para o risco ambiental do que antes. Por esse motivo, as organizações passaram a empreender iniciativas em larga escala para melhorar o seu desempenho de negócios, gerenciando os custos, conscientizando às demandas das partes interessadas e se preparando para os requisitos regulamentares.

Consoante Calixto (2006), a contabilidade faz parte da estrutura gerencial das empresas e através das habilidades do contador é possível identificar a consequência do não cumprimento da legislação ambiental, dos riscos inerentes aos setores econômicos potencialmente poluidores sobre o patrimônio da organização.

Gray (1990) alerta que o contador não tem atuado de maneira mais participativa nas discussões sobre o meio ambiente, permanecendo omissos, onde deveriam assumir uma posição de destaque, encorajando as universidades a tratar com maior importância a variável ambiental nos cursos universitários. No entanto, Mathews (1997) ressalta que a contabilidade ambiental tem



despertado um interesse relativamente baixo dos contadores, sendo confirmado pelo pequeno número de pesquisadores, escritores e revistas especializadas.

O estudo realizado por Calixto (2006) verificou o grau de inserção da disciplina contabilidade ambiental na matriz curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis oferecidos por universidades brasileiras. Os resultados obtidos indicaram que a disciplina é oferecida por um número reduzido de universidades, em função da dificuldade de adaptação da matriz curricular no sentido de atender a uma série de temas emergentes relevantes para a formação do contador. Maciel et al. (2008) constataram em pesquisa realizada com contadores, o baixo nível de conhecimento, ou melhor, o mínimo de informações que se deve ter sobre o tema inerentes a contabilidade ambiental.

Diante das considerações apresentadas, emerge o seguinte questionamento: *o profissional contábil possui formação acadêmica adequada a atender os modelos de negócios que buscam integrar a Sustentabilidade empresarial às suas estratégias operacionais?*

Sustentabilidade empresarial não é mais uma reflexão filantrópica ou apenas medidas ambientais como coleta seletiva de lixo, instalação de lâmpadas de baixo consumo, mas sim uma nova abordagem que deve ser incorporada ao planejamento estratégico da empresa, construindo um pensamento capaz de estimular os gestores da organização de forma responsável, possibilitando antever comportamentos que poderão mitigar os riscos ambientais inerentes ao negócio.

De acordo com Gray (1998), a perspectiva mais frequentemente empregada para a sustentabilidade empresarial é que do ponto de vista da responsabilidade e transparência, os contadores devem se basear no direito à informação da sociedade em uma democracia, na qual as empresas devem compartilhar a responsabilidade na utilização dos recursos finitos que dessa forma determinam futuro da população.

Segundo Cirelli e Kassai (2010), o contador tem responsabilidade no processo de sustentabilidade como qualquer outro profissional ou cidadão. Essa tônica não pode ser exclusiva a uma classe social ou profissional.

A contabilidade detém mecanismos para atuar de maneira estratégica nas atividades concernentes a sustentabilidade empresarial, não se restringindo a elaboração de demonstrativos, mas retroalimentando o processo decisório com informações relevantes objetivando as práticas sustentáveis como, por exemplo, determinação de custos sociais e ambientais.

Este profissional deve possuir características em seu perfil que compreenda a sustentabilidade empresarial não só pela preservação do meio ambiente, mas também pela inserção da sustentabilidade empresarial como estratégia para alcançar os objetivos econômicos e financeiros das empresas.

Assim sendo, este estudo torna-se relevante devido à preocupação quanto à formação do contador no atendimento às demandas geradas pela sustentabilidade empresarial, sendo considerada como um assunto que requer uma investigação minuciosa. No entanto, as pesquisas existentes não provêm um diagnóstico que municie a literatura, a consolidar os conhecimentos já realizados sobre a formação do Contador e o nível de atualização necessário, para ser proclamado como ferramenta no processo de gestão da sustentabilidade empresarial.

Diante do exposto, o presente estudo tem por objetivo verificar a percepção dos profissionais de contabilidade quanto a sua formação no atendimento as demandas geradas pela sustentabilidade empresarial. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa pelo método *survey* através de um questionário da plataforma do *Formulário Google* com o intuito de alcançar os seguintes objetivos específicos elencados a seguir:

- Descrever os conceitos de Contabilidade Ambiental;
- Avaliar o nível de conhecimento dos profissionais da área Contábil sobre os temas relacionados à Sustentabilidade empresarial;



- Avaliar a aderência da estratégia organizacional na obtenção da Sustentabilidade Empresarial

Por conseguinte, nota-se uma grande sensibilidade social e científica relacionadas às questões ambientais em função da formação do contador perante o assunto. O presente estudo espera obter resultados empíricos que contribuam como profissão contábil na abordagem da sustentabilidade empresarial, promovendo a compreensão teórica a respeito da Contabilidade Ambiental, evidenciando a percepção do nível de conhecimento dos profissionais da área contábil sobre o tema.

Referencial Teórico

A conscientização da sociedade para as questões ambientais tem sido despertada pela ocorrência de desastres ecológicos que deixaram marcas, muitas ainda visíveis e até permanentes, em ecossistemas em todo o mundo. Tachizawa (2002) ressalta que o contexto econômico atual caracteriza-se por uma rígida postura dos clientes, voltada à expectativa de interagir com as organizações que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado e que empreguem a sustentabilidade empresarial.

O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) em conjunto com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) realizaram uma pesquisa e constaram que 68% dos consumidores brasileiros estariam dispostos a desembolsar mais recursos na aquisição de um produto que não degradasse o meio ambiente. Esse resultado revela que as organizações precisam adequar sua estrutura operacional, de modo a assumir de fato o papel da responsabilidade social.

De acordo com Tinoco e Kraemer (p.11, 2004), a nova consciência ambiental, surgida no bojo das transformações sociais e culturais que ocorreram nas décadas de 60 e 70, ganhou dimensão e situou o meio ambiente como um dos princípios fundamentais do homem moderno.

Esse fato acentuou-se na década de 90, quando as consequências nocivas da degradação do meio ambiente proporcionaram um elevado índice de atenção mundial. De acordo com Ribeiro (2005), aproximadamente 175 chefes de estado realizaram uma conferência na Organização das Nações Unidas (ONU) com a finalidade de discutir o tema: meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Segundo Arifa (2012) a ECO-92 insere o homem no centro dos debates ambientais ao entender como foco as preocupações sobre o desenvolvimento sustentável, de modo a discutir uma vida produtiva e saudável, em harmonia com a natureza.

Ferreira (2003) considera que após a realização da ECO-92 e em decorrência do agravamento dos problemas ambientais, os contadores, órgãos de classe, entidades de pesquisa e os governos de vários países começaram a debater o tema, com o intuito de contribuir para o disciplinamento de novas condutas éticas

Dessa forma, essa nova perspectiva buscou implementar uma metodologia, a fim de contribuir para o aprimoramento dos procedimentos contábeis já existentes, com o objetivo de suportar as necessidades dos gestores por informações financeiras fidedignas e compreensíveis sobre gestão dos recursos naturais (meio ambiente).

De acordo com Cormier e Magnan (1997) enquanto a pesquisa sobre contabilidade com foco no resultado social está enraizada no início década de 1970, os registros da contabilidade ambiental passaram a receber maior atenção após o estudo publicado pelo instituto canadense de contadores certificados – Canadian institute of chartered accountants (CICA) publicado em 1993.



Segundo Ferreira (2003), o instituto canadense de contadores certificados (CICA) – publicou em 1993 um relatório intitulado *Environmental costs and liabilities: accounting and financial reporting issues – reserach report*. Ferreira (2003) destaca que esse documento apresenta procedimentos de avaliação de riscos ambientais, registro de responsabilidades por danos causados, capitalização e gastos relacionados ao meio ambiente a serem adotados pelo contador no processo de elaboração dos relatórios financeiros.

Após uma década, em Johannesburgo, na África do Sul, ocorreu a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (ou em inglês WSSD, World Summit on Sustainable Development), computando a participação de delegações de 168 países, para avaliar as ações concretizadas e os fracassos da implementação dos planos de sustentabilidade propostos na convenção anterior na cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com Ribeiro (2005), além de quantificar os resultados, a Conferência de Johannesburgo estabeleceu novos desafios e ampliou o número de questões em virtude de novos acontecimentos que surgiram na última década. Segundo Lucon e Coelho (2002), os líderes de diversas nações, expandiram o escopo através da inclusão das novas metas denominadas Metas do Milênio, objetivando assegurar através de metas eficazes a sustentabilidade ambiental:

[...] erradicar a fome e a pobreza extrema; alcançar uma mínima educação primária com iguais oportunidades para homens e mulheres; reduzir a mortalidade infantil com especial enfoque ao combate à AIDS e à malária; melhorar as condições de vida dos que moram em favelas e de outras populações mais necessitadas; ampliar o acesso à água potável; desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento que incluísse sistemas internacionais de comércio e financiamento não discriminatórios e atendesse às necessidades especiais dos países em desenvolvimento, aliviando suas dívidas externas, provendo trabalho aos jovens e acesso a remédios e novas tecnologias.

Desastres Ambientais

Em mundo dinâmico, complexo e competitivo, a atividade empresarial intensificada pela urbanização acelera a escassez de recursos aumentando as mudanças climáticas. Esses relatos descrevem uma tendência que assola a sociedade e o mundo dos negócios impactando na sustentabilidade empresarial e no sucesso das empresas. No Brasil, nos últimos 35 anos vários desastres ambientais aconteceram provocando múltiplos problemas em todos os biomas, comprometendo os recursos naturais. A seguir apresentamos algumas dessas catástrofes e os respectivos impactos ambientais, econômico e financeiro resultantes:

**Tabela 1:
Desastres ambientais no Brasil de 1980 até 2015**

Ano	Empresa	Fato	Descrição	Impacto Ambiental	Impacto Financeiro
1984	Petróleo Brasil S.A.	Incêndio	O Vazamento em dutos subterrâneos da Petrobras espalhou 700 mil litros de gasolina nos arredores da Vila Socó-Cubatão/SP.	Destruição de Moradias e 93 mortos.	Pagamento de CR\$ 50 milhões em multas



X Seminário UFPE de Ciências Contábeis

2000	Petróleo Brasil S.A.	Vazamento de óleo	O vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo in natura de um navio petroleiro na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro (RJ).	Desaparecimento de inúmeras espécies de fauna e flora, prejuízos graves de ordem social e econômica a população, que tirava o sustento as atividades de pesca na baía.	Pagamento de R\$ 51,5 milhões em multas
2000	Petróleo Brasil S.A.	Vazamento de óleo	O vazamento de quatro milhões de litros óleo da refinaria Presidente Getúlio Vargas, em Araucária (PR).	Desaparecimento de inúmeras espécies de fauna e flora, prejuízos graves de ordem social e econômica a população, que tirava o sustento as atividades de pesca na baía.	Pagamento de R\$ 1,4 bilhões multas
2003	Indústria Cataguases de Papel Ltda.	Rompimento de barragem	O rompimento de barragem de celulose na região de Cataguases (MG), com vazamento de 520 mil m ³ de rejeitos compostos por resíduos orgânicos e soda cáustica.	Poluição dos Rios Pomba e Paraíba do Sul, contaminação da biota aquática, do solo e de vegetais superiores.	Pagamento de R\$ 50 milhões em multas
2007	Rio pomba Cataguases Ltda.	Rompimento de barragem	Rompimento de barragem de mineração na região de Mirai (MG), com vazamento de 2.280.000 m ³ de água e argila (lavagem de bauxita).	Mais de 6 mil pessoas desalojadas e 1.200 casas destruídas, falta de água potável devido aos sedimentos de lama intensificaram o assoreamento dos rios.	Pagamento de R\$ 75 milhões em multas
2011	Chevron Corp.	Vazamento de óleo	Vazamento de uma grande quantidade de óleo da Chevron na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro (RJ). Estima-se que a mancha provocada pelo vazamento no mar tenha chegado a 162 km ² , o equivalente a metade da Baía de Guanabara.	Poluição do ecossistema marinho podendo levar a extinção de espécies, impactos as atividades econômicas da região.	Pagamento de R\$ 155 milhões em multas
2015	Ultracargo S.A.	Incêndio	Incêndio no Terminal Alemoa, devido ao lançamento de efluentes líquidos no estuário de Santos, em manguezais e na lagoa ao lado do terminal, além de emitir efluentes gasosos na atmosfera.	Poluição por efluentes líquidos no estuário, em manguezais e a mortandade de peixes.	Pagamento de R\$ 22,5 milhões em multas
2015	Samarco Mineração S.A.	Rompimento de barragem	Rompimento da barragem pela Samarco em Mariana (MG) provocou a liberação de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos no Rio Doce.	Poluição da bacia do Rio Doce e do ecossistema marinho podendo levar a extinção de espécies, impactos as atividades econômicas da região.	Pagamento de R\$ 250 milhões em multas

Fonte: <www.ebc.com.br>.

Podemos verificar no quadro acima a importância da Contabilidade Ambiental no auxílio à sociedade de um modo geral, em virtude do impacto ambiental ocasionado por diversos tipos de



negócios, bem como mensurar os valores pagos aos órgãos reguladores pelos problemas ambientais gerados.

Isto posto, o foco para o negócio está se voltando para uma compreensão mais holística de como a organização auferir seus resultados, devendo avaliar em primeiro lugar, as implicações, consequências e benefícios não só para empresa, mas para a sociedade. Por isso, não é mais uma reflexão tardia filantrópica ou sobre a instalação de luz lâmpadas de baixo consumo, mas uma abordagem para incorporar a responsabilidade social na forma como uma empresa produz e fornece os seus produtos e serviços.

No entanto, como as empresas provocam diversos impactos ambientais, econômico e financeiro, a sociedade passou a cobrar medidas preventivas sob a responsabilidade por meio da sustentabilidade empresarial, sendo utilizada a Contabilidade ambiental como instrumento desse grande desafio para evidenciar tais registros de modo a promover a transparência dos processos e aumentar o nível de responsabilidade por negócios sustentáveis.

Aspectos conceituais da contabilidade ambiental

O aumento da interação das relações humanas, a contabilidade enquanto ciência social se modifica de modo a atender as novas expectativas da sociedade. O aprimoramento da contabilidade através dos registros ambientais é respaldado pela necessidade emergente de fornecer informações úteis e relevantes a fim de garantir a sustentabilidade empresarial.

Mathews (1997) constatou que durante o período de 1971-1980, os trabalhos documentados que discorrem sobre a inserção dos tópicos de contabilidade ambientais no mundo acadêmico foram incipientes. No entanto, Lewis et al. (1992) enfatizaram os obstáculos associadas à assimilação de novos temas na grade curricular do curso de graduação em ciências contábeis.

Gray (1990) afirma ser imprescindível a idealização de atividades suplementares para reparar a falta de percepção de problemas ambientais na formação do contador. Ainda que a sustentabilidade empresarial seja considerada um tema emergente, na concepção de Gibson (1997), a contabilidade ambiental mantém-se como uma temática em segundo plano na educação contábil.

Consoante Ferreira (2003) destaca que é importante frisar que a Contabilidade Ambiental não é uma reformulação da contabilidade, mas trata-se de um conjunto de procedimentos de modo a produzir informações que relatem adequadamente, em termos econômicos (quantitativos), as estratégias definidas pela organização que resultem em alteração no patrimônio. Esse modelo corrobora a Contabilidade ao patamar de condicionante primordial ao processo de tomada de decisão nas organizações.

Segundo Ribeiro (2005), a contabilidade ambiental não deve ser tratada como uma nova ciência, mas sim, segmento da contabilidade que: identifica, mensura e esclarece os eventos e transações econômicas e financeiras que estejam inseridas no hall de proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação do impacto gerado na situação patrimonial da empresa.

No entanto, a contabilidade como ferramenta de mensuração do patrimônio das empresas, reconhece a sua missão ao inserir os novos procedimentos com o objetivo da produção de informações fidedignas sobre os impactos ambientais. De acordo com Paiva (2003) a contabilidade Ambiental deve ser considerada como os instrumentos que pode auxiliar os usuários da informação na identificação de dados e registros de eventos ambientais, processando e gerando de informações que subsidiem o usuário servindo com parâmetro em suas tomadas de decisões.

Em síntese, conforme descrito por Ribeiro (2005) a contribuição gerada pela contabilidade ambiental é demonstrada através da evidenciação das informações dos recursos naturais de forma



segregada, com o objetivo de inserir o usuário da informação contábil a compreender os desafios propostos à organização ao mitigar os riscos do negócio relacionados ao meio ambiente. Isto requer que os eventos e transações econômicos financeiros, relacionados com essa questão, sejam identificados, mensurados e contabilizados.

Gastos Ambientais

De acordo com Martins (2003), os gastos são definidos como a aquisição de matérias-primas, Gastos com mão-de-obra, honorários da diretoria, compra de imobilizado etc. Para Vellani e Ribeiro (2009), os gastos ambientais são conceituados como o total de recursos consumidos pelas atividades ambientais.

De maneira holística a Contabilidade registra os gastos ambientais, ao reconhecer os dispêndios relacionados as saídas de caixa com finalidade as ações ambientais, ou que de alguma forma, reserve alguma congruência com o tema meio ambiente, resultando em modificação no patrimônio da organização no momento de sua ocorrência ou no reconhecimento de maneira prudente para os gastos futuros.

Ativos Ambientais

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu o pronunciamento denominado CPC 00 (R1) Estrutura Conceitual das Demonstrações Contábeis, o qual define Ativo como: “é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade”.

Garcia et al (2008) definem o ativo ambiental como os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental. Acrescenta Kraemer (2001) que o ativo ambiental é representado pelos estoques dos insumos, peças, acessórios, etc. Utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição; os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações, adquiridos ou produzidos com a intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente.

Podemos sintetizar o conceito de Ativos Ambientais como sendo os recursos controlados pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefício econômico destinados ou provenientes de atividades ambientais.

Passivos Ambientais

O CPC também definiu o conceito de Passivo através do CPC 00 (R1) Estrutura Conceitual das Demonstrações Contábeis, da seguinte forma: “Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos”.

Conforme previsto nas Normas e Procedimento de Auditoria - NPA 11 emitida pelo IBRACON (Instituto Brasileiro de Contadores), o Passivo ambiental é conceituado como toda a investida em desfavor do meio ambiente devendo ser mensurado o valor necessários para recuperar, podendo também ser na forma de multas ou indenizações aplicadas pelos órgãos reguladores.

De acordo com Andrade, Santos e Cezar (2015) definem passivo ambiental como a expectativa do sacrifício de benefícios futuros determinados pelo arcabouço normativo vigente,



sendo o valor aplicado por meio de: taxas, contribuições, multas e penalidades por infrações legais e ressarcimento a terceiros.

Segundo Paiva (2003) as obrigações são decorrentes da relação entre a empresa e meio ambiente podendo surgir por meio do não cumprimento da legislação ambiental vigente ou ainda de problemas de manutenção ou falhas humanas relacionados com etapas de produção, potenciais causadores de acidentes.

Paiva (2003) ainda ressalta que o Passivo Ambiental também deve ser reconhecido em função do registro de multas e penalidades, sendo o seu fato gerador a degradação do meio ambiente.

Contabilidade: Ferramenta de auxílio à transparência empresarial

A solução dos problemas de ordem ambiental exige o empenho de cada segmento da sociedade e a dedicação dos profissionais, no desenvolvimento dos diversos ramos do conhecimento, contribuindo de acordo com o seu potencial, ramo de atuação e habilidades práticas (Ribeiro, 2005). De acordo com Ferreira (2003), a degradação do meio ambiente demanda dos gestores a elaboração de relatórios que demonstrem o desempenho da organização de maneira compreensível.

Considerando esse aspecto, Ferreira (2003) esclarece que a contabilidade ambiental através dos demonstrativos financeiros, produzem informações sobre os recursos econômicos da organização e seu impacto no patrimônio. Tinoco (p. 111, 2001) afirma que o contador não deve se preocupar somente com a divulgação de transações econômicas e financeiras, mas também, com a elaboração de demonstrativos que reflitam os fatores sociais, promovendo de maneira mais ampla a transparência da organização.

Todavia, a contabilidade como ciência de avaliação do patrimônio das organizações, pode demonstrar o inter-relacionamento entre as entidades e o meio ambiente, evidenciando como o patrimônio é afetado pelas causas ambientais e como se pode agir para reduzir ou eliminar as agressões ao meio, promovendo a sustentabilidade (Tinoco e Kraemer, 2004).

Portando, ao identificar empresas que possuem metas mais ávidas para atingirem a responsabilidade social, espera-se que seja possível constatar uma maior sensibilidade ao adotarem medidas que estejam de acordo com a conjuntura da sustentabilidade empresarial, sendo mais transparentes e fornecendo mais informações a sociedade sobre os impactos resultantes da sua atividade.

Nesse contexto, os impactos provocados por esse modelo de negócio possui estrutura adequada para que as empresas invistam em novos controles e técnicas para atenderem as expectativas? Como segregar a estratégia finalística de maximização do lucro, com a preocupação do subproduto que será a mensuração dos danos, exaustão dos recursos de maneira sustentável? Esses questionamentos impactam diretamente a formação do perfil do profissional contábil, que deverá deter conhecimento técnico para atender a esses anseios inerentes aos negócios sujeitos a prática da Sustentabilidade Empresarial.

Metodologia

A pesquisa se propõe a verificar a percepção dos profissionais de contabilidade quanto a sua formação no atendimento as demandas geradas pela sustentabilidade empresarial.



X Seminário UFPE de Ciências Contábeis

O público-alvo desta pesquisa são Contadores com a formação de nível superior concluída, sob a premissa de que essa parcela da sociedade esteja diretamente envolvida e interessada no desenvolvimento do perfil do profissional contábil em detrimento das demandas geradas pelas empresas em virtude da sustentabilidade empresarial.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em junho/2016 no estado de Pernambuco estão registrados 8.474 profissionais. A nossa população é composta por 122 profissionais atuantes na atividade contábil na cidade de Recife/PE, que receberam os questionários através de e-mail, dos quais obtivemos um quantitativo de 99 respondentes perfazendo um total de 81,15% para compor a amostra.

A pesquisa utilizou-se de um desenho de pesquisa do tipo exploratório-descritiva, com o objetivo de responder a questão de pesquisa, investigando a literatura disponível, com intuito de conceituar, esclarecer e desenvolver conceitos relacionados com o tema proposto.

Optamos pelo método *survey* através de um questionário da plataforma do *Formulário Google* por este instrumento por se tratar de uma forma eficiente, rápida e organizada de coletar estes dados, bem como a facilidade de acesso dos Contadores a esta ferramenta disponibilizada por meio da internet.

Como instrumento desta pesquisa, adotou-se um questionário estruturado em que a coleta de dados foi feita de maneira transversal única, por meio da utilização do método de *survey*. O questionário apresenta 18 questões e está dividido em 3 partes: em primeiro lugar com o intuito de identificar o perfil do entrevistado, em segundo, averiguar seu conhecimento sobre contabilidade ambiental, e, por fim, conhecer a percepção dos entrevistados sobre sustentabilidade empresarial.

As questões foram elaboradas para respostas estruturadas em: sim, não, não lembro. E perguntas por meio da escala Likert, que compreende opções de respostas; Discordo totalmente, discordo em partes, indiferente, concordo em partes e concordo totalmente.

As respostas dos questionários compuseram a base de dados utilizada para compor o tratamento estatístico utilizado neste trabalho de pesquisa, possibilitando auferir informações consistentes para responder a questão-problema formulada nesta pesquisa. Utilizou-se, o software: *Statistical Package for the Social Sciences – SPSS*, versão 22.0 e o Excel, da Microsoft. Utilizou-se a estatística descritiva e a não paramétrica para a análise. O software possibilitou a aplicação dos testes estatísticos de tabulação cruzada (*crossstab*) e qui-quadrado (*chi-square*), validado pelo alfa de *Cronbach*.

No teste qui-quadrado, investiga-se a relação de interferência entre as variáveis dependentes e independentes, sendo considerado um resultado confiável para os testes em que seja auferido um nível de significância mínima de 5,0% ($\alpha = 0,05$). O patamar de 5% expresso à existência de uma confiança de 95% de que a análise do resultado apresentado implica em uma decisão acertada.

Dessa forma, definiu-se como relevantes as diferenças, cuja significância (2 lados) sejam menores que 5%. Ainda sob o aspecto da confiabilidade dos dados, segundo Streiner (2003) o alfa de *Cronbach* é a medida de correlações entre os itens que fazem parte de um instrumento, sendo considerados confiáveis os valores obtidos acima de 0,7. Conforme demonstrado a baixo, o nosso alfa de *Cronbach* foi 0,933 o que implica em um resultado confiável para interpretação dos dados auferidos.

Tabela2
Teste de confiabilidade da pesquisa

Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach com base em itens padronizados	N de itens
,933	,937	10



Fonte: Dados da pesquisa.

Tratamento dos dados coletados

Perfil dos Respondentes

Ao analisar as respostas da primeira etapa do questionário concernentes ao perfil dos respondentes, podemos constatar que 61,6% dos entrevistados são do sexo masculino, onde aproximadamente 80% da amostra possuem idade inferior a 35 anos. Os dados apontaram que a formação dos entrevistados é composta de 70,7% no setor privado e 29,3% no setor público. Verificou-se também que 67,7% atuam no setor privado e 23,2% no setor público.

Análise dos Resultados

Ao explorar a análise dos resultados da pesquisa, verificou-se por meio da questão 7 que ao mensurar o interesse dos contadores em adquirir ou aprofundar os seus conhecimentos em contabilidade ambiental, constatou-se que 75,8% possuem interesse em adquirir e aprofundar conhecimentos sobre contabilidade ambiental.

Esse resultado também se deve ao número reduzido de universidades que inserem a disciplina contabilidade ambiental na matriz curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, oferecidos por universidades brasileiras (Calixto, 2006). Esse achado estimula uma reflexa pelas instituições de ensino superior, a investirem na promoção de cursos relacionados à temática da contabilidade ambiental, a fim de atender a demanda reprimida conforme constatado na pesquisa.

Embora Gray (1990) alerta que o contador não tem atuado de maneira mais participativa nas discussões sobre o meio ambiente, estima-se que com o aumento da oferta de disciplinas relacionadas à contabilidade ambiental, o contador deverá de uma vez por todas assumir uma posição de destaque nas questões relacionadas ao meio ambiente em observância a sustentabilidade empresarial.

Considerando os resultados auferidos por meio dos testes estatísticos, verificamos que, foi possível constatar que no quadro 2 abaixo, os entrevistados que informaram em sua graduação ter cursado disciplina sobre contabilidade ambiental, demonstraram uma correlação relevante ao relacionar o planejamento estratégico da organização ao contexto da sustentabilidade empresarial.

Tabela3
Planejamento Estratégico x Disciplina

	Valor	df	Significância Sig. (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	13,857 ^a	4	,008
Razão de verossimilhança	13,669	4	,008
Associação Linear por Linear	2,742	1	,098
N de Casos Válidos	99		

Fonte: Dados da pesquisa.

Esse resultado sugere que as organizações que possuem em sua atividade operacional profissionais em que sua formação acadêmica participou de disciplinas que envolvem a contabilidade ambiental, possuem uma boa aderência ao associar o planejamento estratégico da

organização com a sustentabilidade empresarial e dessa forma alcançar o desenvolvimento sustentável de forma mais consciente.

Com relação ao papel do contador frente à sustentabilidade empresarial, o teste demonstrado no quadro 3, apresentou como significativa a importância da formação acadêmica do entrevistado referente aos conhecimentos obtidos sobre contabilidade ambiental, podendo influenciar significativamente a interação entre a preservação do meio ambiente com as ações desenvolvidas pela empresa no alcance da sustentabilidade empresarial.

Tabela 4
Planejamento Meio Ambiente x Disciplina

	Valor	df	Significância Sig. (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	16,538 ^a	8	,035
Razão de verossimilhança	22,012	8	,005
Associação Linear por Linear	1,847	1	,174
N de Casos Válidos	99		

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto aos aspectos relacionados à empresa e a sustentabilidade empresarial, os testes apontaram como significativa conforme demonstrado no quadro 4 abaixo, que ao divulgar informações sobre sustentabilidade empresarial, a organização agrega valor a imagem perante a sociedade. Esse resultado confirma o entendimento de Tachizawa (2002) que destaca o contexto econômico atual por uma rígida postura dos clientes, através da interação com as organizações que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado e que empreguem a sustentabilidade empresarial.

Tabela 5
Imagem Organizacional x Natureza da Instituição

	Valor	df	Significância Sig. (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	7,343 ^a	8	,500
Razão de verossimilhança	6,643	8	,576
Associação Linear por Linear	,311	1	,577
N de Casos Válidos	99		

Fonte: Dados da pesquisa.

Esse resultado pode incentivar os gestores dessas organizações a aumentar o nível da qualidade das informações sobre ações de desenvolvimento sustentável e de preservação do meio ambiente, em virtude dos benefícios gerados por tal comportamento identificado na valorização da imagem da empresa junto a sociedade.

Com a aferição dos dados demonstrados na tabela 1 abaixo, foi possível verificar que ao questionar o entrevistado se na empresa que trabalha a empresa estabelece uma relação direta entre

a Sustentabilidade Empresarial e a Estratégia da Organização, constatamos que aproximadamente 70% informaram que não sabe ou não tem conhecimento.

Tabela 6
Sustentabilidade empresarial x Estratégia organizacional

Característica	Quant.	%
Sim	30	30%
Não	43	43%
Não tenho conhecimento	26	26%
Total	99	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Se tratando da estratégia da organização que define como a empresa pretende atingir seus objetivos e sabendo que o Contador é peça fundamental no processo, consideramos que esse ponto é muito importante e deve ser incansavelmente trabalhado pelas organizações de modo a conduzir os seus colaboradores conforme a estratégia previamente estabelecida de a que todos possam contribuir para o sucesso da organização.

Conclusão

O usuário da informação contábil não possui informações suficientes para diagnosticar em qual das posições a empresa se enquadra, tampouco para determinar sua dimensão temporal. Diante dos desastres ambientais relatados no estudo, ficou evidenciada a necessidade de transparência dos gastos e provisões ambientais, nos moldes em que é efetuada, podendo promover o aumento da capacidade informativa dos relatórios contábeis, proporcionando aos usuários da informação contábeis, sociais e ambientais melhores condições para fazer projeções sobre o desempenho futuro das organizações.

A pesquisa apresentou que as formações dos Contadores sobre os conceitos relacionados à Contabilidade Ambiental resultarão na promoção da transparência das ações da empresa em busca do desenvolvimento sustentável através dos demonstrativos contábeis. Cabe a contabilidade a formulação de parâmetros de mensuração e registro que permitam o acompanhamento da convivência da empresa com o meio ambiente e a evolução econômica e patrimonial de tal relação, no decorrer do tempo.

O estudo apresentou que 75,8% possuem interesse em adquirir e aprofundar conhecimentos sobre contabilidade ambiental, esse resultado implica na oportunidade para as Universidades a ofertarem cursos relacionados a essa área de conhecimento, em virtude da alta demanda desses profissionais em obter qualificação a fim de auxiliarem as empresas a atingirem seus objetivos mediante a Sustentabilidade Empresarial.

Ainda foi possível identificar que 70% dos entrevistados não sabiam ou não identificavam um alinhamento da estratégia com a Sustentabilidade empresarial. Essa afirmação nos preocupa em função da importância da contabilidade para as organizações, mesmo porque é a contabilidade quem efetua os registros dos eventos e transações econômicas das empresas através da abordagem sistêmica, gerando os relatórios onde tais informações estarão disponibilizadas a fim de consolidar a estratégia organizacional na obtenção dos resultados planejados.

Sendo assim, podemos concluir que os objetivos da pesquisa foram alcançados e que ficou evidente a contribuição da pesquisa quanto à necessidade de aperfeiçoamento para os Contadores



para atenderem aos anseios da sociedade quando a transparências das atividades que promovam impacto ao meio ambiente.

Referências

ANDRADE, Valéria Apolinário; SANTOS, Rafael Santos; CEZAR, Jesuina Figueira. CONTABILIDADE AMBIENTAL: Nível de Conhecimento dos Profissionais da Área Contábil de Itaperuna. Revista Transformar. 7. Ed. Florianópolis, 2015.

ARIFA, Bethânia Itagiba Aguiar. O Novo Código Florestal e a ECO-92 = The New Forestry Code and the ECO-92. Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 9, n. 3, p. 97-106, jul./dez. 2012.

CALIXTO, Laura. O ensino da contabilidade ambiental nas universidades brasileiras: um estudo exploratório. Revista Universo Contábil, v. 2, n. 3, p. 65-78, 2006.

CIRELLI, G. A.; KASSAI, J. R. Análise da percepção sobre sustentabilidade por parte de stakeholders de uma instituição financeira: um estudo de caso. Anais do 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. Vol. 19, n.7, 2010.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDUSTRIAS. Pesquisa Nacional sobre Gestão Ambiental. Relatório. Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Sebrae e BNDES, São Paulo, 1999.

CORMIER, D.; MAGNAN, M. Research note: investors' assessment of implicit environmental liabilities: an empirical investigation. Journal of Accounting and Public Policy, n.16, pp. 215–241, 1997.

EDELMAN. 2016 Edelman Trust Barometer. Global Results. Disponível em <<http://www.edelman.com/insights/intellectual-property/2016-edelman-trustbarometer/about-trust/global-results/>> Acesso em 2 ago. 2016.

FERREIRA, A. C. de S. Contabilidade ambiental: uma informação para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Atlas, 2003.

GARCIA, Regis et al. Contabilidade ambiental e sustentabilidade empresarial: estudo das empresas do ISE – BOVESPA. Congresso Brasileiro de Custos. Curitiba, 2008.

GIBSON, Kathy. Courses no environment al accounting. Accounting, Auditing & Accountability Journal.v. 10, n. 04, p. 584-593, 1997.

GRAY, R. H. Imagination, a bowl of petúnias and social accounting. Critical Perspectives on Accounting, v.9, n. 2, pp. 205–216, 1998.

GRAY, R. H. The greening of accountancy: the profession after pearce. London: Certified Accountants Publications Ltd, p.183, 1990.



X Seminário UFPE de Ciências Contábeis

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade Ambiental o Passaporte para a Competitividade. Revista Catarinense da Ciência Contábil - CRCSC, vol. 1, n. 1, Florianópolis, 2001.

LEWIS, Linda; HUMPHREY, Christopher; OWEN, D. Accounting and the social: a pedagogic perspective. British Accounting Review. n. 24, v. 03, p. 219-233, 1992.

LINDSTAEDT, Ângela Rozane de Souza, OTT, Ernani. Evidenciação de Informações Ambientais pela Contabilidade: um estudo comparativo entre as normas internacionais (ISAR/UNCTAD), norte americanas e brasileiras. Contabilidade Vista & Revista, v. 18, n. 4, p. 11-35, out./ dez. 2007.

LUCON, Oswaldo; COELHO, Suani. Depois da Rio+10: As lições aprendidas em Johannesburgo. Revista do Departamento de Geografia 15. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MACIEL, C. V.; LAGIOIA, U. C. T.; LIBONATI, J. J.; RODRIGUES, R. N. Contabilidade ambiental: Um estudo exploratório sobre o conhecimento dos profissionais de Contabilidade. São Paulo: Anais do 8º Congresso USP de Contabilidade, 2008.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATHEWS, M. R. Twenty-five years of social and environmental accounting research. Is there a silver jubilee to celebrate? Accounting & Accountability Journal. v. 10, n. 4, p. 481-531, 1997.

PAIVA, Paulo Roberto. 2003. Contabilidade Ambiental. Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Prevenção. São Paulo, Editora Atlas, 2003.

RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

STREINER, R. L. Being inconsistent about consistency: when coefficient alpha does and doesn't matter. Journal of Personality Assessment. v.80, p. 217-222, 2003.

TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo, Atlas, p. 23, 2002.

TINOCO, J. E. P. Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo, Atlas, 2001.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. Contabilidade e gestão ambiental. São Paulo: Atlas, 2004.

VELLANI, Cássio Luiz; RIBEIRO, Maísa de Souza. Sistema contábil para gestão da ecoeficiência empresarial. Revista Contabilidade e Finanças. v. 20, n. 49, jan./abr. 2009.